

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
RESUMO Neste material veremos o estudo dos princípios e paradigmas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a caracterização do público-alvo da educação especial e a transversalidade na matriz curricular.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DIVERSIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR ACESSIBILIDADE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
AULA 2 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
AULA 3 NEUROCIÊNCIA PLASTICIDADE CEREBRAL NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO APRENDIZAGEM E ESTIMULAÇÃO CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA APLICADA À PRÁTICA EDUCACIONAL
AULA 4 PERFIL DO EGRESSO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS COMPROMISSO POLÍTICO DO LICENCIADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL CAMPO DE ATUAÇÃO
AULA 5 HABILIDADES PARA A ÁREA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA HABILIDADES PARA A ÁREA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL HABILIDADES PARA A ÁREA DE SURDEZ HABILIDADES PARA A ÁREA DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO HABILIDADES PARA A ÁREA DE DEFICIÊNCIA VISUAL
AULA 6 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ATUALIDADE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA TERMINOLOGIAS ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO
BIBLIOGRAFIAS

- BORGES, A. C. et al. Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores. Congresso Multidisciplinar, Londrina, UEL, 2013, p. 418-429. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- FERNANDES, S. Fundamentos para educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2013.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, PEDAGÓGICOS E CIENTÍFICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Ao longo da história, podemos observar diversas maneiras de entender as diferenças físicas, sensoriais e intelectuais entre as pessoas. Aspectos como costumes, crenças, cientificidade e marcos legais influenciam o entendimento do conceito de Educação Especial. Isso porque diferentes épocas produzem suas próprias interpretações do real, ou seja, a realidade do vivido se altera historicamente. Porém, temos de nos atentar para o fato de que, no âmbito das diferenças, as deficiências sempre existirão, independentemente da compreensão que determinada época ou sociedade construa acerca delas. Rodrigues e Maranha (2010) analisam que a compreensão do outro em suas diferenças, ou o fato de que todos os seres humanos são distintos em diversos níveis significa aceitarmos a busca de opções para nos comunicarmos com interação e, concomitantemente, promovermos o desenvolvimento social coletivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA
DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO FEUDALISMO
DO ABSOLUTISMO AO PROCESSO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX
O PERÍODO CONTEMPORÂNEO
TRAJETÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

AULA 2

CONTEXTUALIZANDO
PREDOMÍNIO DAS IDEIAS INATAS
A PROPOSTA FILOSÓFICA DE INCLUSÃO SOCIAL DA DÉCADA DE 1990
TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

AULA 3

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
DECLARAÇÃO DE JOMTIEN
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA
CONVENÇÃO DA GUATEMALA
DOCUMENTOS DO SÉCULO XXI

AULA 4

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
O CONCEITO DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: MARCOS LEGAIS

AULA 5

OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A INFLUÊNCIA DA MEDICINA
O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA POR MEIO DA PERSPECTIVA DE AUTONOMIA E NORMALIDADE

DEFICIÊNCIAS, NORMALIDADES E NORMATIVIDADES

O CONCEITO DE METACONTINGÊNCIA

O CONCEITO DE METACONTINGÊNCIA COMO INSTRUMENTO PARA PRÁTICA CULTURAL INCLUSIVA

AULA 6

HELENA ANTIPOFF E A PSICOLOGIA MODERNA

O PROBLEMA DA CRIANÇA “EM PERIGO MORAL”

O CONCEITO DE PEDAGOGIA DAS DIFERENÇAS

COMO O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO SE CONSTROEM A PARTIR DO CONCEITO DE DIFERENÇA?

GLOSSÁRIO DE TERMOS USADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (MEC)

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Desporto. Deficiência física: a realidade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília, DF, 1991.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Rev. int. direitos human, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DISCIPLINA:

CURRÍCULO E DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Para que entender melhor e planejar nossas ações diante dos processos inclusivos no cenário contemporâneo, faz-se necessária a compreensão de alguns aspectos do percurso da Educação Especial no Brasil, isto é, quem são os agentes nesse processo, quais são as bases curriculares e o que podemos definir como Educação Especial. Desse modo, apresentamos algumas considerações relacionadas à breve contextualização histórica da Educação Especial no Brasil, como essa prática se configura na contemporaneidade, o papel da escola nesse cenário, como se apresentam planejamento, currículo e administração escolar e, ainda, quais são as estratégias da didática e da ação docente na Educação Especial inclusiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O BRASIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE

COMO A ESCOLA PODE SER EFICAZ PARA TODOS: PLANEJAMENTO E CURRÍCULO ESCOLAR

DIDÁTICA E AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO ESTÍMULO ÀS TROCAS DE APRENDIZAGENS

AULA 2

CONCEITOS DE TGD E TEA

O TGD SEGUNDO ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

PLANEJAMENTO, CURRÍCULO ESCOLAR E TGD

DIDÁTICA, AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E TEA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O TEA: ALÉM DA SALA DE AULA

AULA 3

TIPOS DE TDAH

AMOS CONVERSAR SOBRE HIPERATIVIDADE, DESATENÇÃO E IMPULSIVIDADE?

CARACTERÍSTICAS NA ESCOLA

ATITUDES EM SALA PARA OS PROFESSORES E PAIS

LEGISLAÇÃO: PROJETO DE LEI

AULA 4

VOCÊ CONHECE OS SURDOS?

DEFICIÊNCIA FÍSICA. VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO!

DEFICIÊNCIA VISUAL

V

APRENDER A INCLUIR: UM DOS EXERCÍCIOS DE CIDADANIA

AULA 5

ALTAS HABILIDADE/SUPERDOTAÇÃO: CONCEITO

CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO COM ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO: ESCOLA

LEGISLAÇÃO: LEI Nº 12.796, DE 2013

E COMO FICA O EMOCIONAL?

PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM NOSSA SOCIEDADE

AULA 6

CURRÍCULO FUNCIONAL NA INCLUSÃO E NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ESCOLA INCLUSIVA

DIDÁTICA E AÇÃO DOCENTE PARA O PLANEJAMENTO DO CURRÍCULO FUNCIONAL

ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES DE VIDA PRÁTICA

O QUE SÃO AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS?

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 26 ago. 2019.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.
- TEABRAÇO 2019: semana internacional do autismo. Event brite, 2019. Disponível em: <https://www.eventbrite.com.br/e/teabraco-2019-semanainternacional-do-autismo-registration-51969219334>. Acesso em: 26 ago. 2019.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Neste material os seguintes assuntos serão abordados: análise do conceito de deficiência, diferença e diversidade e os discursos de normal, normalidade e anormal, inclusão e exclusão. Estudo dos princípios emanados pela Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca, Convenção de Guatemala, Declaração de Jomtien, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; análise das últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e definição das terminologias utilizadas para o público-

alvo da Educação Especial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DISCURSOS DE NORMAL E ANORMAL – HISTÓRICO
O CONCEITO DE NORMALIDADE NAS DIFERENTES CULTURAS
INCLUSÃO E EXCLUSÃO
OS PADRÕES DA SOCIEDADE
A DIVERSIDADE E O RESPEITO AO DIFERENTE

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
PERSPECTIVA ASSISTENCIALISTA
SEGREGAÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
ORGANIZAÇÃO ATUAL

AULA 3

AS PRIMEIRAS CONQUISTAS LEGAIS
LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961
A CONSTITUIÇÃO DE 1988
LDB 9.394/96 – GARANTIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL
LEI 12.796/2013

AULA 4

DECLARAÇÃO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA
CONVENÇÃO DA GUATEMALA
DECRETO N. 3.956/2001
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 5

POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
LIBRAS
ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO
TERMINOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

AULA 6

DECRETO N. 5.626/2005
NOTA TÉCNICA N. 46/2013
NOTA TÉCNICA N. 06/2011
NOTA TÉCNICA N. 09/2010
APARECER TÉCNICO N. 71/2013

BIBLIOGRAFIAS

- CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- SABBATINI, R. M. E. A história da terapia por choque em Psiquiatria. Revista Cérebro e Mente, 2016. Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/n04/historia/shock.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- THOMA, A. da S. Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes. In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E.; SCHLÜNZEN,

K. (Orgs.). Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DISCIPLINA: AUTISMO - FALA, LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
EMENTA
Estudo dos conceitos fundamentais de linguagem, fala e comunicação, com ênfase na cognição social e nas funções comunicativas. Abordagem da função pragmática da linguagem, dos processos de avaliação e diagnóstico diferencial em fala e linguagem, considerando possíveis comorbidades. Discussão sobre os comportamentos comunicativos, construção de significados compartilhados e introdução à Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA), incluindo os Sistemas Aumentativos e Alternativos de Comunicação (SAAC). Análise do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS), suas fases e recursos auxiliares de comunicação e aprendizado. Estudo do papel da imitação, das atividades de vida diária e da rotina como estratégias de intervenção. Apresentação de modelos interventivos, com destaque para o uso da música, ensino da linguagem e treino da comunicação funcional.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 LINGUAGEM FALA COMUNICAÇÃO COGNIÇÃO SOCIAL
AULA 2 FALA FUNÇÃO PRAGMÁTICA AVALIAÇÃO EM FALA E LINGUAGEM DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL E COMORBIDADES
AULA 3 COMPORTAMENTOS COM FUNÇÃO COMUNICATIVA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS COMPARTILHADOS COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E ALTERNATIVA (CSA) SISTEMAS AUMENTATIVOS E ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO
AULA 4 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO POR TROCA DE FIGURAS FASES DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO POR TROCA DE FIGURAS RECURSOS AUXILIARES DE COMUNICAÇÃO E APRENDIZADO UM POUCO MAIS SOBRE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA
AULA 5 PROCESSO DE IMITAÇÃO ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA IMPORTÂNCIA DA ROTINA INTERVENÇÕES
AULA 6 MÚSICA MODELOS DE INTERVENÇÕES O ENSINO DA LINGUAGEM TREINO DE COMUNICAÇÃO FUNCIONAL

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGOS JUNIOR, W. et al. Intervenção precoce no autismo: guia multidisciplinar de zero a 4 anos. Belo Horizonte: Artesã, 2017.
- FIRMINO, C. Segredos da mente: autismo. São Paulo: Alto Astral, 2017.
- GRANDIN, T.; PANEK, R. O cérebro autista: pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2018.

DISCIPLINA:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA APLICADA AS DEFICIÊNCIAS - VISUAL, AUDITIVA, FÍSICA E INTELECTUAL

RESUMO

É impossível tratar de inclusão na esfera educacional sem mencionar a Educação Especial. É por meio dela que a caminhada rumo à educação inclusiva se inicia. Dessa forma, será possível perceber que, apesar de ser uma necessidade social inerente, a inclusão, na maioria das vezes, não acontece de forma adequada. Para que isso ocorra, é necessário, primeiramente, que a sociedade entenda a diferença como uma característica construtiva que tende a agregar valores e um novo olhar sobre o meio em que estamos inseridos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

DÉCADA DE 1970, UM MARCO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

TRAJETÓRIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

DEFICIÊNCIA – CLASSIFICAÇÃO E CONCEITUAÇÃO

AULA 2

AS DIFERENTES NECESSIDADES ESPECIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DEFICIÊNCIA VISUAL

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

DEFICIÊNCIA FÍSICA

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

AULA 3

O QUE É ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A QUEM ELE SE DESTINA

POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RECURSOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS

RECURSOS EDUCACIONAIS DIRECIONADOS AOS DIFERENTES TIPOS DE DEFICIÊNCIA

ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AULA 4

PANORAMA ATUAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

OS PARADIGMAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, UM DIÁLOGO POSSÍVEL

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

OS DESAFIOS DA ESCOLA

AULA 5

APRENDIZAGEM E NEUROPLASTICIDADE

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE EDUCATIVO

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E A DEFICIÊNCIA
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM X TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM
TIPOS DE TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

AULA 6

DOENÇAS CRÔNICAS E O AMBIENTE ESCOLAR
TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM – DISGRAFIA
DISLEXIA
DISCALCULIA DO DESENVOLVIMENTO
TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm.
- BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 22 jul. 2018.

DISCIPLINA:

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DIFERENTES NÍVEIS E
MODALIDADES DE ENSINO

RESUMO

Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS
EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA
METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA
METODOLOGIAS ATIVAS

AULA 2

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR
DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL
ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020

AULA 3

O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS

ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE ATENDIMENTO
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO

AULA 4

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AULA 5

ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA

AULA 6

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU CURRICULAR

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, M. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DISCIPLINA: **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

RESUMO

Iremos discutir alguns aspectos históricos e conceituais acerca das tecnologias de uma forma geral, para que possamos refletir sobre as tecnologias assistivas, que se mostram como artefatos que viabilizam autonomia e acessibilidade para pessoas com deficiência. Ao tratar dessa temática, é importante pensar sobre o papel da tecnologia no nosso próprio cotidiano, na sociedade e nas diferentes culturas. Da mesma forma, é necessário compreender o quanto os recursos tecnológicos influenciam nossas vivências, nossos relacionamentos e as formas de interagirmos uns com os outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É TECNOLOGIA ASSISTIVA?
BREVE HISTÓRICO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DESENHO UNIVERSAL

AULA 2

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO
DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

AULA 3

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
AEE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
AEE PARA ESTUDANTES COM TEA
AEE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

AULA 4

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA
COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA
SISTEMAS GRÁFICOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E SISTEMAS PARA CAA

AULA 5

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE
AUDIODESCRIÇÃO E CÃO-GUIA
PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA E DEFICIÊNCIA VISUAL
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA ÁREA DA SURDEZ

AULA 6

ÓRTESES
PRÓTESES E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO
ADAPTAÇÕES NO COMPUTADOR
PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA ACESSIBILIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BASTOS, J. A. S. L. Educação e tecnologia. Curitiba: PPGTE/CEFETPR, 1998.
- EUROPEAN COMMISSION. Empowering Users Through Assistive Technology. 1998. Disponível em <http://www.siva.it/research/eustat/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- FELIPE, A. A. C. Reflexões sobre as mudanças sociais motivadas pelo desenvolvimento tecnológico: a necessidade de instituir uma reflexão ética na utilização das tecnologias da informação e comunicação. Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2012.

DISCIPLINA:

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E ALTAS HABILIDADES

RESUMO

A definição de Deficiência Intelectual passou por várias evoluções em seu processo de conceituação. Muitos termos se modificaram, outros caíram em desuso, alguns foram adaptados. Antes de se entender o que é Deficiência Intelectual, é necessária a compreensão do que é inteligência. Ou seja, como ela se constrói, qual sua finalidade ou importância no âmbito da aprendizagem, da construção da personalidade, da manutenção

e perpetuação de uma família, do trabalho, de adaptação geral na família, na escola e na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O PERÍODO DAS INSTITUIÇÕES

A IDADE CONTEMPORÂNEA

COMO SE DEU A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL – 1ª ETAPA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL – 2ª ETAPA ATÉ OS DIAS ATUAIS

AULA 2

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

DEFICIÊNCIA MOTORA

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

AS CAUSAS DAS DEFICIÊNCIAS

AULA 3

ESTIMULAÇÃO PRECOCE

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR E AS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DIANTE DO ALUNADO COM DEFICIÊNCIA

ADAPTAÇÕES CURRICULARES

A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO

AULA 4

A TEORIA DOS TRÊS ANÉIS, DE RENZULLI

A TEORIA DE DABROWSKI

GARDNER E A TEORIA DAS MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS

A DEFINIÇÃO BRASILEIRA

AULA 5

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE COMPORTAMENTO

PRINCIPAIS MITOS ENVOLVENDO A SUPERDOTAÇÃO

NÍVEIS DE SUPERDOTAÇÃO E INTENSIDADE

A PERCEPÇÃO DE SER DIFERENTE

AULA 6

SUPERDOTAÇÃO NA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E VIDA ADULTA

O IMPACTO NA ESCOLA AO RECEBER UM ALUNO SUPERDOTADO

ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO: ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E/OU

PROGRESSÃO DE SÉRIE

UM OLHAR PARA O FUTURO: A TRANSFORMAÇÃO EM TALENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- PINO, A. O social e o cultural na obra de Vigotski. Educação e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 71, jul. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 out. 2018.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm.
- FERNANDES, S. Fundamentos para educação especial. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DISCIPLINA:

Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem
EMENTA
Muitas vezes, os transtornos de aprendizagem estão acompanhados de falta de motivação, imaturidade e problemas comportamentais. Porém, caso a criança apresente dificuldades significativas e mais duráveis em termos das habilidades básicas de leitura, escrita e aritmética, o problema deve ser um distúrbio de aprendizagem.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO DE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM ESTATÍSTICAS DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM TODA DIFICULDADE PARA APRENDER CONFIGURA UM DISTÚRBIO DE APRENDIZAGEM? CARACTERÍSTICAS DOS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM IMPORTÂNCIA DE ANALISAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR
AULA 2 DISLEXIA: DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA DEFINIÇÃO CAUSAS CARACTERIZAÇÃO INTERVENÇÃO
AULA 3 DISGRAFIA DEFINIÇÃO CAUSAS CARACTERIZAÇÃO INTERVENÇÃO
AULA 4 DISORTOGRAFIA DEFINIÇÃO CAUSAS CARACTERIZAÇÃO INTERVENÇÃO
AULA 5 DISCALCULIA DEFINIÇÃO CAUSAS CARACTERIZAÇÃO INTERVENÇÃO
AULA 6 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) DEFINIÇÃO CAUSAS CARACTERIZAÇÃO INTERVENÇÃO
BIBLIOGRAFIA

- AZZI, R. G.; SILVA, S. H. A importância de um novo olhar do professor para os alunos – um primeiro passo na busca de melhores resultados no processo ensino aprendizagem. In: SISTO, F. F. et al. Leituras de psicologia para a formação de professores. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 23, 3, p. 483- 489, set. 2007.
- _____. Psicologia pedagógica. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DISCIPLINA: PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
RESUMO Este material destina-se aos profissionais da educação que se propõem a desenvolver suas atividades junto à educação de crianças e adolescentes, numa perspectiva inclusiva, com um olhar voltado para as relações intrapessoais e interpessoais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO À PSICOMOTRICIDADE PILARES DA PSICOMOTRICIDADE A PSICOMOTRICIDADE NO BRASIL LINHAS DE ATUAÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
AULA 2 INTRODUÇÃO À PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL A PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL E AS CLASSES INCLUSIVAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICOMOTRICISTA A PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA A PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL – PREVENTIVA E TERAPÊUTICA
AULA 3 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL NA INCLUSÃO ESCOLAR PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DISTÚRBIOS COMPORTAMENTAIS ASSOCIADOS DIFICULDADES PSICOMOTORAS: DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL E A INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS
AULA 4 PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL NA PERSPECTIVA DE WALLON PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL NA PERSPECTIVA DE LAPIERRE PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM MÉTODO PEDAGÓGICO PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL MÉTODO PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL: ENTRADA, DESENVOLVIMENTO E SAÍDA
AULA 5 EDUCAÇÃO PSICOMOTORA: PREVENÇÃO REEDUCAÇÃO PSICOMOTORA: PROFILAXIA ENFOQUE PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO PSICOMOTORA RELACIONAL ENFOQUE PEDAGÓGICO NA REEDUCAÇÃO PSICOMOTORA RELACIONAL

EDUCAÇÃO PSICOMOTORA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CLASSES INCLUSIVAS

AULA 6

JOGOS E BRINCADEIRAS APLICADAS À PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA PERSPECTIVA DA PSICOMOTRICIDADE
RELACIONAL
BRINCADEIRAS E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM CLASSES
INCLUSIVAS
SUGESTÕES DE BRINCADEIRAS
SALA MULTISSENSORIAL

BIBLIOGRAFIAS

- ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998.
- BRASIL. Lei n. 13.794, de 3 de janeiro de 2019. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 jan. 2019.
- AUCOUTURIER, B. Introducción a la práctica psicomotriz Aucouturier (PPA). Aula de Innovación Educativa, n. 136, p. 79-84, 2004.

DISCIPLINA:

ASPECTOS LÚDICOS E OFICINAS PSICOPEDAGÓGICAS

EMENTA

O brincar está presente nas discussões sobre educação, práticas pedagógicas e psicopedagógicas. Fala-se muito sobre a importância do brincar na educação infantil e de seu resgate nas práticas pedagógicas no ensino fundamental, além de sua utilização no trabalho psicopedagógico. Ressalta-se que a presença do brincar no cotidiano da escola não garante de fato sua efetividade. É fundamental que essa atividade seja planejada, organizada e que seus objetivos sejam definidos com clareza. Embora haja o reconhecimento do brincar como uma atividade importante para o desenvolvimento humano, cuja presença no contexto escolar é valorizada, ainda há uma visão do brincar como atividade distrativa e improvisada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ESPAÇO E TEMPO
CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS BRINQUEDOS
OS MÉTODOS DE BRINCAR
O BRINCAR COMO RECURSO PSICOPEDAGÓGICO

AULA 2

COMPONENTES DO JOGO
CONCEPÇÃO DE JEAN PIAGET SOBRE JOGOS
CLASSIFICAÇÃO DOS JOGOS
O JOGO COMO RECURSO PSICOPEDAGÓGICO

AULA 3

OFICINAS PSICOPEDAGÓGICAS NAS PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS
ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO
A FUNÇÃO DO PSICOPEDAGOGO COMO MEDIADOR NAS OFICINAS
PSICOPEDAGÓGICAS
OFICINAS PSICOPEDAGÓGICAS: AS PROPOSTAS DE TORRES, ALLESSANDRINI E GRASSI

AULA 4

A HORA DA RODA

O JOGO DO DIA
A PRÁTICA DO JOGO DO DIA: DINÂMICA CONSTRUTIVISTA
CANTINHOS

AULA 5

PRIMEIRO MOMENTO: SENSIBILIZAÇÃO
SEGUNDO MOMENTO: EXPRESSÃO LIVRE
TERCEIRO MOMENTO: ELABORAÇÃO DA EXPRESSÃO
QUARTO E QUINTO MOMENTOS: COMUNICAÇÃO E AVALIAÇÃO

AULA 6

SENSIBILIZAÇÃO
DESENVOLVIMENTO: CONSTRUÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS
FECHAMENTO
AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

- FRIEDMANN, A. O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão. São Paulo: Moderna, 2012.
- OLIVEIRA, Z. R. de. Jogos de papéis: um olhar para as brincadeiras infantis. São Paulo: Cortez, 2011.
- ORTIZ, C.; CARVALHO, M. T. V. Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar, uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012.